MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A. REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2010. Aos 20 do mês de maio de 2010, às 10:00 horas, na Cidade de Paragominas, Estado do Pará, na Av. Lameira Bittencourt nº 123, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição, os subscritores da totalidade do capital social da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**, conforme se verificou pelas assinaturas opostas ao final desta ata, a saber: (a) **VALE AUSTRIA HOLDINGS GMBH**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Áustria, com sede na SterneckstraÙsse 11 502, na cidade de Salzburg, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.698.030/0001-30, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. Marcello Quintella Barbosa, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 110.963 e no CPF/MF sob o nº 026.250.197-00, com escritório comercial na Avenida Graça Aranha, 26, 15º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e (b) **VALE INTERNATIONAL SA**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Suíça, com sede na Route de Pallatex, 29, 1162, Saint-Prex, Suíça, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.542.296/0001-96, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. Mauricio Pereira Vasconcelos, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 150.068 e no CPF/MF sob o nº 979.190.121-04, com escritório comercial na Avenida Graça Aranha, 26, 15º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Por aclamação dos presentes, assumiu a presidência da reunião o Sr. Mauricio Pereira Vasconcelos, que convidou a mim, Sr. Marcello Quintella Barbosa, para servir como Secretário, ficando assim constituída a mesa. Ato contínuo, o Sr. Presidente declarou instalada esta Assembleia Geral de Constituição que tem por objetivo deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a constituição de uma Sociedade por Ações de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sob a denominação de **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.** e a consequente aprovação do seu Estatuto Social, (b) a eleição de seus administradores; (c) a fixação da remuneração global e anual dos administradores. Feitos os esclarecimentos necessários, foi aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, a constituição da Sociedade por Ações de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, denominada **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**, com sede na Cidade de Paragominas, Estado de Pará, na Av. Lameira Bittencourt nº 123. O Sr. Presidente informou que o capital social da Companhia, no valor de R\$18.635,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais), representado por 18.635 (dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, fora totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão correspondente a R\$1,00 (um real) cada ação, sendo, em moeda corrente nacional, pelos subscritores presentes, tudo conforme Boletins de Subscrição anexos a esta Ata (**ANEXOS I E II**). A importância de R\$18.635,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente ao valor do capital social ora integralizado, fora depositada perante o Banco do Brasil S.A., conforme determinam os artigos 80 e 81 da Lei nº 6.404/76, ocasião em que foi apresentado e lido aos presentes o respectivo recibo de depósito, tendo sido desprezados os centavos, que fica fazendo parte integrante desta Ata (**ANEXO III**). Cumpridos, assim, os requisitos preliminares à constituição da Companhia, a Assembleia Geral aprovou, por unanimidade e sem ressalvas, após ter sido lido por mim, Secretário, o seguinte Estatuto Social, passando, portanto a Companhia a ser regida pelo mesmo: **“ESTATUTO SOCIAL DA MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A. - CAPÍTULO I - Denominação - Sede - Objeto - Prazo: Artigo 1º:** A Companhia tem a denominação de **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A. Artigo 2º:** A Companhia tem sede na Av. Lameira Bittencourt, 123, Paragominas, Estado do Pará. **Parágrafo Único:** A Companhia, mediante deliberação da Diretoria, pode manter ou fechar escritórios, representações ou filiais em qualquer localidade do país ou do exterior. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto: (a) o desenvolvimento de mineração, atividades industriais e comerciais, com o propósito principal de mineração no território nacional, incluindo a prospecção, perfuração, procura, produção, operação, beneficiamento, industrialização, importação, exportação e comercialização de bauxita assim como seus subprodutos e todos e quaisquer outros minerais e substâncias minerais em geral; (b) a execução, no Brasil ou no exterior, de qualquer outra atividade direta ou indiretamente relacionada à consecução do objeto estabelecido na alínea (a), acima, incluindo o desenvolvimento de tecnologia de produção de bauxita e a prestação de serviços técnicos e de outra natureza, incluindo o transporte relacionado à alínea (a), acima; e (c) participar em outras sociedades, consórcios ou entidades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja similar ou relacionado aos objetos elencados nas alienas (a) e (b) acima. **Artigo 4º:** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - Capital Social: Artigo 5º:** O capital social é de R\$18.635,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais), representado por 18.635 (dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **Parágrafo Primeiro:** As ações são todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal, registradas em livro próprio, mantido na sede da Companhia, têm direito de voto e podem ser subscritas por qualquer pessoa física ou jurídica e integralizadas com qualquer fonte de recursos. **Parágrafo Segundo:** Cada ação ordinária nominativa dá o direito a 01 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º:** A Companhia não poderá emitir ações de gozo ou fruição, nem partes beneficiárias. **Artigo 7º:** Fica assegurado a todos os acionistas, o direito de preferência para subscrição de novas ações, direito esse que deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da Ata da Assembleia Geral que aprovar o aumento de capital. **CAPÍTULO III - Assembleia Geral: Artigo 8º:** A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente, no prazo previsto em lei, na sede da Companhia, em data previamente fixada no edital de convocação, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente: (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os administradores, estabelecer as suas atribuições e fixar a sua remuneração. **Artigo 9º:** A Assembleia Geral Extraordinária será convocada sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, com observância da lei e deste Estatuto. **Artigo 10º:** Todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral serão sempre por maioria de votos, ressalvadas as disposições legais. **CAPÍTULO IV - Administração: Artigo 11º:** A administração da Companhia competirá à Diretoria Executiva. **Artigo 12º:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) diretores, residentes no País, sendo um Diretor-Presidente, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **Artigo 13º:** Os Diretores permanecerão no exercício de suas funções até a data em que seus substitutos sejam eleitos e empossados. **Artigo 14º:** Compete à Diretoria com observância dos objetivos sociais estabelecidos no artigo 3º deste estatuto social a prática dos seguintes atos: (i) organizar e conduzir todas as operações da Companhia; (ii) seguir as orientações fixadas pelos acionistas da Companhia; (iii) praticar todos os atos relacionados com a administração da Companhia; (iv) representar a Companhia perante quaisquer terceiros; e (v) criar ou fechar escritórios de representação ou filiais em qualquer localidade do país ou do exterior. **Parágrafo Único:** A outorga de procurações pela Companhia será sempre feita por meio da assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal: Artigo 15º:** O Conselho Fiscal, que não terá caráter permanente de funcionamento, será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na forma estabelecida nos parágrafos 2º e 3º do artigo 161 da Lei 6.404/76. **Parágrafo 1º:** O Conselho Fiscal, se e quando instalado, será composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 2º:** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá a competência que lhe é atribuída pelo artigo 163 e seus parágrafos, da Lei 6.404/76. **CAPÍTULO VI - Exercício Social - Balanço - Lucros e Dividendos: Artigo 16º:** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras, com observância nas prescrições legais. **Parágrafo Único:** A Diretoria poderá quando julgar conveniente, levantar balanço trimestral ou mensal, distribuindo ou não dividendos antecipadamente. **Artigo 17º:** Dos lucros líquidos apurados, depois de constituídas as reservas e provisões legais, serão deduzidos: (a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir o montante de 20% (vinte por cento) sobre o capital; (b) 25% (vinte por cento) para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; (c) o restante ficará à disposição da Assembleia Geral, a qual com observância das prescrições legais dar-lhe-á o destino que entender, inclusive criando novas reservas. **CAPÍTULO VII - Liquidação: Artigo 18º:** A dissolução da Companhia só poderá ser decidida por acionistas, que representem no mínimo metade do capital social, com direito a voto, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, a qual nomeará um liquidante e um Conselho Fiscal, fixando a forma e o prazo de liquidação, com observância das prescrições legais. **CAPÍTULO VIII - Disposições Finais: Artigo 19º:** A modificação deste Estatuto, a incorporação, a fusão, a transformação e a cisão parcial ou total só poderão ser decididas por acionistas que representem no mínimo metade do capital social, com direito a voto, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal finalidade. **Artigo 20º:** Para todas as questões decorrentes deste Estatuto, fica desde já eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Artigo 21º:** O Estatuto Social da Companhia pelos acionistas todos os demais documentos apresentados nesta reunião, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída a **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.** para todos os efeitos de direito, tornando-se, pois, indispensável a eleição dos administradores da Companhia. Colocada a matéria em votação, verificou-se a eleição dos Srs. **MARCELO TERTULIANO MELO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 5628057-SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 996.501.346-20, com endereço comercial na Av. Graça Aranha, 26, 14º. andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **ANDREIA SOUSA MAGALHÃES REIS**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 07.268.694-2-IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 005.925.037-20, com endereço comercial na Av. Graça Aranha, 26, 10º andar Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e **ALESSANDRA ELOY GADELHA**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da carteira de identidade nº 06.066.958-7-IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.092.597-36, com endereço comercial na Av. Graça Aranha, 26, 12º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ocuparem os cargos de Diretores da Companhia, tendo o Sr. Marcelo Tertuliano Melo sido designado Diretor-Presidente. A Assembleia Geral fixou a remuneração global anual dos administradores no valor equivalente a R\$18.360,00 (dezoito mil e trezentos e sessenta reais), cuja individualização caberá ao Diretor-Presidente, ressalvada oportuna revisão aprovada pelos acionistas. Os Diretores ficarão encarregados de promover todos os atos e formalidades complementares e necessários a constituição da Companhia. Os Diretores eleitos nesta data, presentes na reunião, tomaram posse mediante a assinatura dos correspondentes Termos de Posse, lavrados no livro próprio, tendo declarado, para os efeitos legais e de Registro do Comércio, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Assim sendo, os Diretores foram então investidos em seus cargos, após o cumprimento das formalidades legais, com mandato de 2 (dois) anos, ou até a eleição de seus substitutos, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral ou conforme dispuser o Estatuto Social na oportunidade. Finalmente, por unanimidade, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelo artigo 15 do Estatuto Social ora aprovado. Por último, o Sr. Presidente deixou expressamente registrado, para todos os efeitos de direitos, que a constituição da Companhia, o decorrente relacionamento entre os seus acionistas, a exploração do seu objeto social e o exercício dos correspondentes direitos e obrigações perante terceiros encontram-se sujeitos (i) às disposições legais, normativas e regulatórias pertinentes; (ii) às correspondentes autorizações, outorgas e licenças dos Poderes Públicos; (iii) à estrutura de capital/financeira/patrimonial que seja compatível para a implantação e exploração do objeto social. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram declarados encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e por todos os presentes assinada. Paragominas, Pará, 20 de maio de 2010. Mauricio Pereira Vasconcelos - **Presidente**; Marcello Quintella Barbosa - **Secretário**; Marcello Quintella Barbosa por **VALE AUSTRIA HOLDINGS GMBH**; Mauricio Pereira Vasconcelos por **VALE INTERNATIONAL S/A. Diretores eleitos:** Marcelo Tertuliano Melo - Diretor-Presidente; Alessandra Eloy Gadelha - Diretora. Andreia Sousa Magalhães Reis - Diretora; Visto: Marcello Quintella Barbosa - OAB/RJ 110.963.

AGROPECUÁRIA AQUÁRIUS S/A.**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 131943**

AGROPECUÁRIA AQUÁRIUS S/A. CNPJ/MF: 04.697.033/0001-93 - NIRE 15300005281- COMPANHIA FECHADA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010. LOCAL: Às 80:00 horas do dia 16 de junho de 2010, LOCAL: Sede social da empresa, sito na Trav. Rui Barbosa, nº 1533, Sala 101, bairro Nazaré, CEP 66.035-220, em Belém, Estado do Pará. PRESENÇA: Totalidade dos acionistas da empresa, ficando portanto, dispensados dos editais de convocação de conformidade com o que dispõe o Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76. MESA: Presidente - SALVADOR RANGEL DE BORBOREMA NETO e Secretario - VALDOMIRO VIEIRA C

OSTA. ORDEM DO DIA: a) Prestação de contas da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31.12.2009; b) O que ocorrer. DELIBERAÇÕES: Foi deliberado e aprovado por unanimidade, com a abstenção dos votos legalmente impedidos, o seguinte: Aprovação das contas da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, dispensados de publicação, por benefícios assegurados pelo Artigo 294 da Lei nº 6.404/76, com redação introduzida pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, bem como, dispensados de Auditoria Independente, de acordo com a Medida Provisória nº 2.128-8, de 27.03.2001, reeditada pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. A palavra foi franqueada e não existindo manifestações, o Presidente suspendeu a reunião,

pelo tempo necessário à lavratura da ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada, assinada pelos acionistas: Salvador Rangel de Boreborema Neto, Nadia Maria Mota de Boreborema e Vasco Martins de Boreborema Neto e pelo Secretário Valdomiro Vieira Costa, transcrita no Livro de Atas de Assembleias Gerais nº 1, à folha nº 68, sendo a sessão encerrada às dez horas. A presente ata é cópia fiel e confere com a original lavrada em livro próprio e registrada na forma da lei. Belém-PA., 16 de junho de 2010. Salvador Rangel de Boreborema Neto - Presidente. Valdomiro Vieira Costa - Secretário. A presente Ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Pará sob o nº 20000242830, por despacho do dia 12.07.2010.

Getulio Villas Moreira
Secretário Geral.